

FGV Direito SP
Mestrado Profissional

Previsibilidade no ambiente de negócios: o papel do Superior Tribunal de Justiça na promoção da segurança jurídica.

Thiago Gonzalez Queiroz

Anteprojeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP.

Versão de 15/10/2020

1. Tema, contexto e modelo de pesquisa predominante

O tema da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso é o estudo da importância da previsibilidade no ambiente de negócios e a contribuição do Superior Tribunal de Justiça na promoção de maior segurança jurídica.

O trabalho pretende discorrer sobre os benefícios do desenvolvimento de um ambiente comercial estável e como o Superior Tribunal de Justiça, exercendo sua função paradigmática e de uniformizador da jurisprudência nacional, possibilita a promoção da segurança jurídica e a conseqüentemente previsibilidade esperada no ambiente de negócios.

Casos julgados por aquele Tribunal, em que se discutiu a desconsideração da personalidade jurídica em matéria cível-empresarial, serão objeto deste estudo, para demonstrar como, ao uniformizar a interpretação das normas jurídicas infraconstitucionais e servir de paradigma aos Tribunais locais, o Superior Tribunal de Justiça contribui para a promoção da segurança jurídica e impacta positivamente a atividade econômica.

A escolha do tema “desconsideração da personalidade jurídica” se deu em razão da possibilidade da análise da segurança jurídica e seu impacto no ambiente de negócios sob dois aspectos distintos: primeiro, pela maior segurança proporcionada ao empresário, que tem o seu patrimônio pessoal segregado do patrimônio da sociedade, sendo que aquele só responderá por dívidas da sociedade em hipóteses muito específicas. Segundo, ao analisar a matéria sob a perspectiva do credor, verifica-se que a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, com a prévia definição de seus critérios, “*colabora com a recuperação de crédito, combate à fraude, fortalecendo a segurança do mercado, em razão do acréscimo de garantia aos credores*” (REsp 1.7299.554/SP).

Resolução de problemas será o modelo predominante nesse trabalho, ao buscar responder como o Superior Tribunal de Justiça pode contribuir, ao cumprir sua função paradigmática e de uniformizador da interpretação das normas

infraconstitucionais, para dar previsibilidade às decisões judiciais proferidas no país e como a promoção da segurança jurídica impacta o ambiente de negócios. Além disso, também haverá aspectos de estudo de caso, em que se analisará julgados do Superior Tribunal de Justiça que tratam da definição dos critérios para a desconsideração da personalidade jurídica em matéria cível-empresarial.

2. Quesitos, fontes de pesquisa e formas de acesso

Quesitos:

- a- Quais são os principais fatores que impactam o ambiente de negócios? Quais as consequências de um ambiente de negócios instável ou imprevisível? Como a segurança jurídica afeta a promoção e o desenvolvimento de determinados setores econômicos? Como promover maior segurança jurídica ao ambiente de negócios?
- b- O que é segurança jurídica? A quem cabe sua promoção? Qual é o papel dos Tribunais Superiores nesse ponto?
- c- Qual é a origem das Cortes Superiores? Quais são as funções dos Tribunais Superiores? Quais são as funções e competências específicas do Superior Tribunal de Justiça? O que são as funções paradigmática e uniformizadora de jurisprudência exercida pelo STJ?
- d- Como funciona o sistema de precedentes no ordenamento jurídico brasileiro? Como um sistema de precedentes desenvolvido ajuda na promoção da estabilidade desejada aos ambientes negociais?
- e- Qual é a importância do STJ no desenvolvimento de um ambiente de negócios previsível? Quais são os casos concretos que demonstram a importância desta previsibilidade?
- f- Como o julgamento, pelo STJ, de casos envolvendo desconsideração da personalidade jurídica em matéria cível-empresarial contribuem para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil?
- g- Quais são os critérios definidos pelo STJ para que se autorize a desconsideração da personalidade jurídica em matéria cível-

empresarial? Como a utilização desses critérios pode fortalecer a segurança do mercado? Quais as garantias trazidas ao empresário devedor? Como os mencionados critérios podem representar maior segurança ao credor?

Fontes de pesquisa:

- Legislação;
- Doutrina nacional e internacional;
- Decisões judiciais dos Tribunais Superiores e Tribunais locais;
- Trabalhos acadêmicos (principalmente nas áreas jurídica e econômica);
- Pesquisas;
- Atas das reuniões da Assembleia Nacional Constituinte – Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público;

As referidas fontes serão acessadas por meio de pesquisa bibliográfica em bibliotecas e acervos particulares, bem como pelo acesso à internet.

3. Relevância prática, caráter inovador e potencial de impacto

Um dos principais requisitos para a promoção de um ambiente de negócios desenvolvido é a existência de segurança jurídica. Dessa forma, com a previsibilidade esperada, empreendedores, gestores e investidores em potencial podem fazer a adequada alocação de riscos na tomada de decisões.

A instabilidade em determinado ambiente de negócio representa entrave ao seu desenvolvimento, já que torna imprevisível o retorno do planejamento, aumentando seus custos e, conseqüentemente, afastando investidores. Assim, a busca pela estabilidade de um ambiente de negócios passa, em conjunto com outros aspectos, pela promoção de maior segurança jurídica.

A garantia de cumprimento dos contratos e a previsibilidade da interpretação dos Tribunais a respeito das normas que regulam determinada atividade econômica são fatores que podem ser determinantes à promoção de um ambiente de negócios desenvolvido.

Nesse ponto, o Superior Tribunal de Justiça tem papel de absoluta relevância, ao exercer suas funções paradigmática (servir de orientação para outros Tribunais)

e de uniformizador da jurisprudência nacional (impedindo que Tribunais diferentes interpretem a mesma norma de maneira distinta).

As citadas funções, aliadas à ampliação do sistema de precedentes trazidos pelo Código de Processo Civil, servem como catalisador da promoção da segurança jurídica. Este trabalho buscará responder como a previsibilidade das decisões judiciais pode contribuir para a melhoria do ambiente de negócios.

A análise de casos concretos será feita sob a perspectiva temática da desconsideração da personalidade jurídica. O referido tema servirá para demonstrar a importância da previsibilidade das decisões judiciais e seus reflexos no ambiente de negócios. A desconsideração da personalidade jurídica em matéria cível-empresarial será analisada sob dois aspectos distintos: 1) pela ótica do empresário e as hipóteses em que responderá com seu patrimônio pessoal pelas dívidas da sociedade e 2) pelo ponto de vista do credor, que terá acréscimo de garantias, ao alcançar o patrimônio dos sócios para cumprimento de obrigações da sociedade, nos casos em que estiverem presentes os seus requisitos autorizadores.

Organizar o conhecimento esboçado acima tem o objetivo de reforçar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça como um vetor de promoção da segurança jurídica e melhoria do ambiente de negócios no país.

4. Familiaridade do pesquisador com objeto da pesquisa

A familiaridade do pesquisador com o objeto da pesquisa se dá em razão da atuação jurídica predominante na advocacia contenciosa, em que se verifica a dificuldade dos gestores de negócios na tomada de decisões, causada pela imprevisibilidade das decisões judiciais.

5. Bibliografia preliminar

ALVIM, Teresa Arruda; DANTAS, Bruno. Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a Nova Função dos Tribunais Superiores. 6ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil. 2019.

BASTOS, Antonio Adonias A. A Estabilidade das Decisões Judiciais Como Elemento Contributivo para o Acesso à Justiça e Para o Desenvolvimento Econômico. Revista de Processo | vol. 227/2014 | p. 295 - 316 | Jan / 2014.

CAMBI, Eduardo. Uniformização da Jurisprudência e Precedentes Judiciais. Revista dos Tribunais | vol. 978/2017 | p. 227 - 264 | Abr / 2017.

CARMONA, Carlos Alberto. Superior Tribunal de Justiça, Segurança Jurídica e Arbitragem. Revista de Arbitragem e Mediação | vol. 34/2012 | p. 97 - 106 | Jul - Set / 2012.

CARRARO, Natasha da Motta Ribeiro. Segurança Jurídica e Desenvolvimento Econômico: Suas Relações com a Fé Pública Notarial e Registral. Revista de Direito Imobiliário | vol. 72/2012 | p. 265 - 283 | Jan - Jun / 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. A alocação de Riscos e a Segurança Jurídica na Proteção do Investimento Privado. Revista de Direito Brasileira. São Paulo. v. 16. n. 7. p- 291-304. jan./abr. 2017.

COLE, Charles D. Precedente Judicial – A Experiência Americana. Revista de Processo | vol. 92/1998 | p. 71 - 86 | Out - Dez / 1998.

CORREA, Rafael Motta e. O Sistema de Provimentos Vinculantes do CPC/15 e o Dever de Manutenção da Jurisprudência Uniforme, Estável, Íntegra e Coerente. Revista de Processo | vol. 281/2018 | p. 491 - 520 | Jul / 2018.

CRAMER, Ronaldo. Precedentes Judiciais: Teoria e Dinâmica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2016.

JUNIOR, Délio Mota de Oliveira. Influência de Técnicas do Common Law na Teoria Brasileira dos Precedentes Judiciais. Revista de Processo | vol. 270/2017 | p. 313 - 351 | Ago / 2017.

JUNIOR, Fredie Didier. O Respeito aos Precedentes como Diretriz Histórica do Direito Brasileiro. Revista de Processo Comparado | vol. 2/2015 | p. 99 - 120 | Jul - Dez / 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. Julgamento nas Cortes Superiores: Precedente e decisão do recurso diante do novo CPC. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. O STJ enquanto corte de precedentes: recompreensão do sistema processual da corte suprema. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Recurso Extraordinário e Recurso Especial: do Jus Litigatoris ao Jus Constitutionis. São Paulo: Thomson Reuters Brasil. 2019.

MICHEL, Voltaire de Freitas. Perspectivas para a Modulação de Efeitos da Decisão nos Recursos Especiais. Revista de Processo | vol. 306/2020 | p. 327 - 343 | Ago / 2020.

MITIDIERO, Daniel. Cortes Superiores e Cortes Supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2017.

